

Mineradora lança obras para mina de ouro a céu aberto em Almas nesta terça, 1º

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Aura anuncia que irá investir R\$ 375 milhões com estimativa de gerar 700 empregos diretos no projeto do sudeste do Tocantins. Mineradora com origem no Canadá e gestão brasileira, a Aura irá lançar a pedra fundamental s do Projeto Almas, uma nova mina de ouro a céu aberto, nesta terça-feira, 1º de junho, em Almas (TO), a partir das 10 horas. Segundo comunicado da empresa, a fase de construção da mina irá gerar 400 empregos diretos e cerca de 1.200 indiretos e mais 300 diretos quando iniciar a operação. Conforme a empresa, na cerimônia de lançamento o CEO da Aura, Rodrigo Barbosa, anunciará investimentos de R\$ 375 milhões no local. “Além da geração de empregos e renda, vamos dinamizar outros setores da economia local, atualmente concentrada em agricultura e garimpo, tais como, comércio, serviços, setor imobiliário e a construção civil”, destaca Barbosa, por meio da assessoria. Devem participar da solenidade o secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Alexandre Vidigal de Oliveira; o vice-governador Wanderlei Barbosa; o presidente da Agência de Mineração do Tocantins (Ameto), Tom Lyra; o presidente do Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), Renato Jayme da Silva e o prefeito de Almas, Wagner Nepumuceno, o Vaguinho (MDB). Pela empresa, participam o presidente e CEO da Aura, Rodrigo Barbosa; do COO da Aura, Glauber Luvizotto e o Gerente de Projetos Sênior da Aura, Wilton Muricy. A empresaA Aura é uma mineradora com origem no Canadá e gestão brasileira, que desenvolve e opera projetos de ouro e cobre nas Américas. Por meio do conceito de Mineração 360°, a empresa faz negócios avaliando impactos e benefícios sociais e ambientais junto a todos seus stakeholders e mais de 1.100 funcionários. O pipeline de projetos em execução deve mais que dobrar a companhia até 2024, com claro destaque para crescimento no Brasil. Os ativos produtores da Aura incluem a mina de ouro de San Andres em Honduras, a mina de ouro Ernesto/Pau-a-Pique no Brasil, a mina de cobre, ouro e prata de Aranzazu no México e a mina de ouro de Gold Road nos Estados Unidos. Além disso, a empresa tem mais dois projetos de ouro em desenvolvimento no Brasil, Almas e Matupá, e um projeto de ouro na Colômbia, Tolda Fria, além de uma mina em cuidado e manutenção no Mato Grosso, São Francisco. Leia também: Economia O prazo de entrega da Declaração do IRPF (Imposto de Renda Pessoa Física) 2021 acaba nesta segunda-feira (31). De acordo com a Receita Federal, os contribuintes devem entregar a declaração até as 23h59 para evitar o pagamento de multas. O Fisco espera que 32 milhões de brasileiros prestem contas com o Leão em 2021, mas recebeu 27,5 milhões de declarações até às 11h de 6ª feira (28.mai.2021), quando foi publicado o último balanço do IRPF 2021. Procurada, a Receita Federal afirmou que o sistema de envio da declaração opera sem instabilidades neste domingo (30.mai.2021). O sistema funciona 20 horas por dia. Fica indisponível apenas na madrugada, entre 1h e 5h da manhã. Quem perder o prazo de entrega da declaração do IRPF 2021 terá que pagar uma multa no valor mínimo de R\$ 165,74. A multa pode chegar a 20% do imposto devido. Para facilitar o preenchimento e o envio da declaração, o Fisco ofereceu uma declaração pré-preenchida aos contribuintes neste ano. No aplicativo Meu Imposto de Renda, também é possível tirar dúvidas com um assistente virtual. Em 2021, o prazo de entrega da declaração do IRPF foi prorrogado de 30 de abril para 31 de maio por conta da pandemia de covid-19. O Congresso Nacional aprovou um projeto de lei para estender esse prazo novamente, até 31 de julho, mas o projeto foi vetado pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido). RESTITUIÇÃO A Receita Federal também começa a pagar as restituições do IRPF 2021 nesta 2ª feira (31.mai). O 1º lote de restituição vai pagar R\$ 6 bilhões a 3,4 milhões de contribuintes amanhã. Será o maior lote de restituição já pago pelo Fisco. Para saber se está na lista de contemplados, basta acessar o site Meu Imposto de Renda e consultar a restituição. O próximo lote de restituição será pago em 30 de junho. Eis o cronograma de restituições do IRPF 2021:1º

lote: 31 de maio 2º lote: 30 de junho 3º lote: 30 de julho 4º lote: 31 de agosto 5º lote: 30 de setembro Leia também: Economia Em meio a novo pico de pobreza e pressão para ampliar programas de renda, pesquisa inédita do Datafolha para a Oxfam Brasil revela que a maioria dos brasileiros hoje é favorável a aumentar a tributação para financiar políticas sociais. O apoio mais que dobrou desde 2017, saltando de 24% dos brasileiros para 56%. Nove em cada dez acham que reduzir a desigualdade deveria ser a prioridade do governo; e a maioria (68%) acredita que atacar a questão é fundamental para o desenvolvimento. Com a taxa de pobreza no Brasil no maior patamar em cerca de 15 anos devido à pandemia da Covid-19, o Congresso vem pressionando o governo Jair Bolsonaro (sem partido) a encontrar fontes para financiar um programa de distribuição de renda mais robusto; ou reforçar o Bolsa Família. O próprio presidente tem interesse, pois sua popularidade vem acompanhando de perto, desde 2020, o pagamento do auxílio emergencial. Quanto maior o benefício, mais brasileiros o aprovam. No ano passado, o governo chegou a ensaiar a criação do Renda Brasil, que unificaria vários programas sociais. Mas Bolsonaro enterrou o assunto dizendo que não tiraria dinheiro "dos pobres para dar aos paupérrimos" --pois o programa eliminaria alguns benefícios para assalariados formais de menor renda. A taxa de pobreza no Brasil, considerando quem vive com menos de R\$ 246 ao mês (R\$ 8 ao dia), subiu de 11% em 2019 para 16% no primeiro trimestre deste ano. Os brasileiros na miséria passaram de 24 milhões para 35 milhões, segundo dados da FGV Social. Em 2020, o pagamento do auxílio emergencial mostrou como programas desse tipo têm impacto imediato: em agosto, no auge do pagamento do benefício mensal de R\$ 600, a taxa de miseráveis caiu para 4,6% (10,1 milhões de pessoas), a menor da série histórica. Entre abril e julho deste ano, enquanto estiver sendo pago o novo auxílio médio de R\$ 250, a pobreza extrema deve recuar dos 16% do primeiro trimestre para 13% (28 milhões de pessoas). A partir de agosto, a tendência é que a taxa volte a subir se a economia não reagir, principalmente para os trabalhadores na informalidade --cujas vagas, dependendo da ocupação, encolheram até 20% em 2020. Enquanto se discute uma reforma tributária no Congresso, a pesquisa Datafolha/Oxfam revela que um percentual ainda maior de brasileiros (84%) apoia tributar principalmente os mais ricos para financiar políticas sociais. Na contramão, os mais ricos (com renda acima de cinco salários mínimos, ou R\$ 5.500) são os menos favoráveis a isso. Entre eles, a adesão à ideia é de apenas 35%. Já entre os que ganham até um salário mínimo (R\$ 1.100) e que, em tese, poderiam ser beneficiados pelos programas, o apoio vai a 61%. Segundo cálculos do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made) na FEA/USP, cada R\$ 100 redistribuídos do 1% mais rico no Brasil para os 30% mais pobres podem gerar uma expansão na renda agregada de R\$ 106,70, acelerando o consumo e o crescimento. O cálculo leva em conta a estrutura distributiva e a propensão das diferentes classes em consumir, em que os 10% mais pobres gastam 90% da sua renda adicional no consumo; e o 1% mais rico, 24%. Já o aumento do apoio da população em geral à cobrança de mais impostos de toda a sociedade pode ter ligação com a deterioração da situação pessoal dos brasileiros, que se veem mais vulneráveis. A pesquisa revela que 69% dos brasileiros agora se consideram membros da "classe média baixa" ou "pobre", um aumento de cinco pontos percentuais em relação a 2019. Houve redução também na expectativa de mobilidade social, segundo o levantamento --que ouviu presencialmente 2.079 pessoas em 130 municípios do Brasil entre 7 e 15 de dezembro de 2020. A margem de erro da pesquisa é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos. Para Jefferson Nascimento, coordenador da área de Justiça Social e Econômica da Oxfam Brasil, o fato de agora a maioria da população aceitar mais impostos sobre a sociedade como um todo (e não apenas sobre os mais ricos) revela que há um entendimento de que novos programas são necessários e que precisam de financiamento para acontecer. "Parece ter caído a ficha de que é preciso dinheiro para esses investimentos. Há também uma percepção de que o Estado deve ser o responsável por políticas de combate à desigualdade, em linha com o que órgãos como o FMI [Fundo Monetário Internacional] e Banco Mundial vêm colocando", afirma Nascimento. Um dos objetivos da pesquisa é inserir o tema na discussão da reforma tributária que eventualmente governo e Congresso venham a perseguir nos próximos meses --para que haja mais equidade na arrecadação e aumento dos recursos para programas contra a desigualdade. Trabalho do economista Pedro Ferreira de Souza, autor de "Uma História da Desigualdade" (prêmio Jabuti em 2019), mostra que, na comparação com outras regiões importantes (ou mesmo com a América Latina e sul da Europa), o Brasil é o país que menos arrecada tributos via Imposto de Renda --por meio do qual são taxados sobretudo os mais ricos e, predominantemente, os empregados formais. Ao concentrar grande parte da carga tributária bruta no consumo de bens e serviços, o Brasil acaba onerando proporcionalmente mais os pobres --que consomem quase toda a sua renda. Enquanto a reforma tributária não avança e com término do novo auxílio emergencial previsto para julho, o presidente

do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou na semana passada que o Congresso poderá editar medida para prorrogar o programa "por um ou dois meses" --mas sem dizer de onde virão os recursos. Em 2020, o auxílio foi pago entre abril e dezembro empregando R\$ 293 bilhões. A rodada atual prevê inicialmente apenas R\$ 44 bilhões (15% do total do ano passado). O ministro Paulo Guedes (Economia) também tem se movimentado para criar alternativas e já anunciou programas ainda pouco detalhados --e sem esconder a vantagem eleitoral que isso pode proporcionar. Outra opção é acelerar a reformulação do Bolsa Família, elevando o valor dos benefícios e ampliando o público antes da eleição de 2022. Em entrevista à Folha, publicada na semana passada, Guedes declarou: "Agora vem a eleição? Nós vamos para o ataque. Vai ter Bolsa Família melhorado, BIP [Bônus de Inclusão Produtiva], o BIQ [Bônus de Incentivo à Qualificação], vai ter uma porção de coisa boa para vocês baterem palma. Tudo certinho, feito com seriedade, sem furar teto, sem confusão". Muitos especialistas defendem o reforço do Bolsa Família como o caminho mais efetivo no combate à pobreza. O programa custa R\$ 34,5 bilhões ao ano, alcança 14,7 milhões de famílias e paga, em média, R\$ 190 ao mês --valor inferior às médias do auxílio emergencial de 2020 (R\$ 600) e deste ano (R\$ 250). Segundo projeções do Made, para cada R\$ 100 distribuídos pela via do auxílio emergencial no ano passado, houve R\$ 140 de aumento na renda agregada. No caso do Bolsa Família, por se tratar de pessoas extremamente pobres, o efeito multiplicador é bem maior. Segundo cálculos do economista Naercio Menezes, do Insper, para cada R\$ 1 a mais per capita oferecido pelo programa, o PIB per capita do município onde o dinheiro é gasto aumenta R\$ 4 --daí a preferência de muitos especialistas pelo Bolsa Família.

